Silke Kapp



EXPERIÊNCIAS EM AT E SUAS QUESTÕES

"A maioria prefere ficar apenas com os consensos e resolver eventuais diferenças por outras vias, que não a discussão."

A intenção de quem vem a um seminário de assessoria técnica é – imagino – aprender a lidar com isso na prática. A disposição para reflexões mais gerais e abstratas costuma ser relativamente pequena. Mesmo assim, eu gostaria de lhes pedir licença e um pouco de paciência, para tentar elucidar as 'questões' da assessoria – esse é o título que me foi proposto – a partir de uma perspectiva mais ampla.

Também peço licença para fazer isso sem imagens. Há dez anos, coordeno o grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM). Ao longo desses anos tivemos experiências com movimentos sociais, cooperativas, loteamentos associativos, conjuntos habitacionais, ocupações organizadas, favelas, quilombos, índios, ciganos, egressos de manicômios, moradores de rua, enfim, com muitos grupos que geraram infinitas imagens que poderiam ser mostradas aqui e certamente teriam algum valor de entretenimento e curiosidade. Mas essas imagens, mesmo que fossem vistas com um olhar crítico, não mostrariam as dificuldades e questões que estão realmente em jogo. No campo da arquitetura e do urbanismo, assim como na política e no marketing comercial, as cenas desse tipo de experiência estão assumindo uma função ideológica, porque elas parecem demonstrar ao vivo e a cores que a sociedade verdadeiramente democrática que queremos já está realizada: pessoas de origens sociais e etnias diferentes se comunicando, discutindo e se entendendo como deve ser numa cooperação entre seres humanos livres e iguais. Acho que todos aqui sabemos que não é bem assim.

A situação que temos hoje é, *grosso modo*, de quatro partidos ou posições: movimentos sociais compostos pelas lideranças e pelos chamados beneficiários ou famílias; o Estado, com suas prefeituras, ministérios, órgãos públicos; os capitais, como construtoras, proprietários fundiários, bancos; e os técnicos, como arquitetos, engenheiros, juristas, sociólogos e assim por diante. Tais partidos ou posições são representados por homens e mulheres reais, que têm nome, endereço, boa índole, solidariedade, inteligência e muitas vezes amizade uns pelos outros, independentemente do partido a que pertencem ou que representam. Mas no processo de execução de um empreendimento de produção ou melhoria habitacional, essas pessoas operam a partir de suas posições sociais, com a perspectiva que essas posições lhes permitem e com as exigências e pressões que sofrem ali. Até certo ponto, esse condicionamento é consciente, mas há muitos aspectos em que passa despercebido. Como se diz, *o peixe não sabe que está molhado*.

Vou tentar esclarecer um pouco essas posições, para então propor a discussão das dificuldades que surgem quando elas se encontram no contexto de um empreendimento habitacional, especialmente quando ele é autogestionário. Dentre essas dificuldades, há algumas que são corriqueiras e evidentes; são embates que todos percebem e comentam. Há um segundo nível de dificuldades que é um pouco mais velado e discutido apenas de vez em quando. E há um terceiro nível que quase nunca é explicitado, mas é sentido o tempo todo e condiciona todo o processo.

Eu gostaria que vocês tivessem em mente que tudo o que direi a respeito dessas posições se refere a estruturas e dinâmicas de uma sociedade, não ao bom ou mau caráter das pessoas individuais que eventualmente assumem tais papéis. Sei que é muito difícil abstrair daquilo de nos afeta pessoalmente. Mas considerem que uma das ideologias mais cruéis da nossa sociedade é a ideologia da personalização, isto é, a redução de todos os conflitos e dificuldades a culpas pessoais e de todos os privilégios a méritos também pessoais. Estamos tão acostumados a ouvir chavões – *não fez porque não quis* ou *quem quer chega lá* ou, ainda, *Silvio Santos começou como engraxate* – que parece que todo o sucesso que alguém alcança depende da própria capacidade e, inversamente, que todo insucesso é resultado da própria incompetência. O máximo que fazemos para aliviar as frustrações é procurar outros culpados, sem sair dessa lógica da personalização. Somos ensinados desde pequenos a não compreender dificuldades como manifestações de estruturas e dinâmicas sociais, que surgiram num longo processo histórico e que hoje tendem a nos parecer naturais. Mas, na verdade, elas não são naturais. E elas podem ser transformadas, desde que haja compreensão de como funcionam e discussões amplas e abertas sobre o que queremos que se tornem. Então, proponho começar aqui mesmo, fazendo um exercício de "despersonalização". Se vocês se identificarem com uma das posições ou um dos papéis que eu vou delinear criticamente, e se sentirem o impulso de se defender ou contrapor as especificidades de cada caso pessoal (que obviamente sempre existem), respirem fundo e lembrem-se de que não há do que se defender.

Recursos e posições sociais

Todos sabemos que vivemos numa sociedade de imensas desigualdades. Geralmente, elas são explicadas a partir de diferenças econômicas que, como eu já mencionei, seriam resultado de mérito e de-

mérito pessoais. A televisão, os jornais, as estatísticas e todas as instâncias oficiais classificam as pessoas pela renda, em classes A, B, C, D, E. Mas a pergunta interessante é: como essas pessoas chegam a tais posições e, principalmente, como elas se mantêm ou são mantidas nessas posições? Os casos lendários do pobre que ganha na loteria e logo volta a ser pobre ou do milionário falido que logo volta a ser milionário são indícios de que o lugar social não depende simplesmente dos recursos econômicos. Na verdade, existem outros tipos de recursos decisivos para isso. Um deles é o conhecimento, num sentido bem amplo, que vai desde formações escolas até regras de etiqueta, jeito de pensar e conversar, jeito de organizar e planejar a própria vida. Podemos chamar esses recursos, genericamente, de recursos *culturais*. Outro tipo é a rede de relações pessoais a que se tem acesso e pela qual se consegue acionar, como que "por procuração", recursos econômicos e culturais de outras pessoas. Podemos chamar isso, também genericamente, de recursos *políticos*. Até certo ponto, esses recursos podem ser convertidos entre si. Por exemplo, o adolescente de família rica que faz um intercâmbio no exterior e aprende uma língua, transforma recursos econômicos em recursos culturais; na hora em que ele consegue um emprego melhor do que os outros por causa disso, ele transforma esses recursos culturais de novo em recursos econômicos. Então, a posição que um indivíduo ocupa na sociedade, inclusive a posição de classe, depende na verdade da totalidade desses recursos e não somente do dinheiro. E o acesso a esses recursos, infelizmente, até hoje depende muito mais do lugar social em que uma pessoa nasce do que de seu mérito ou esforço pessoais. Quando se explora um pouco mais a fundo essas relações, a conclusão é de que *a desigualdade econômica é antes consequência da desigualdade social do que a sua causa*. Um país pode passar por um período de redução da miséria e até de redução da desigualdade econômica (que são duas coisas diferentes), sem que a desigualdade social diminua. Dentro desse quadro, quero delinear aqueles quatro grupos que mencionei no início.

Os beneficiários

Comecemos pelos beneficiários ou pelos grupos a que as assessorias técnicas se destinam. São pessoas, via de regra, pobres em todos os tipos de recursos: econômicos, culturais e políticos. Elas precisam lutar pela sobrevivência física e social, tiveram poucas oportunidades de formação e, principalmente, têm pouco tempo para fazerem coisas além das urgências e dos compromissos cotidianos. Todos os pequenos entraves da vida podem se transformar em imensas dificuldades. Um filho que adoece significa um dia inteiro para chegar a um posto de saúde, ser atendido e pegar um remédio. Um documento que outras pessoas tiram na internet e imprimem em casa, talvez signifique outro dia inteiro para descobrir aonde ir, ficar na fila... Apesar disso, essas pessoas conseguem achar tempo para participar de um movimento social, se organizar e batalhar por uma moradia, num processo que quase sempre leva anos e exige imensa paciência à espera de decisões, desembaraços e ações que dependem de um aparato institucional quase totalmente nebuloso para a maioria delas. A perspectiva dessas pessoas é sair do aluguel ou da moradia de favor, regularizar uma propriedade, obter melhorias urbanas e domésticas, para ter mais sossego e alguma segurança econômica. O objetivo, pelo menos na maioria dos casos, não é mudar a cidade ou fazer a revolução. O Movimento se organiza para obter um bem concreto, que é a moradia, não por ideais ainda relativamente abstratos, como a autonomia coletiva ou a sociedade dos homens livres.

Algumas pessoas ficam muito tempo engajadas nesses processos, começam a compreender melhor os elementos que estão em jogo e se tornam verdadeiros especialistas no manejo desse aparato (que é principalmente um aparato do Estado). São pessoas que se tornam liderança, porque sabem lidar com representantes das instâncias formais, expressar e defender discursivamente os interesses de um grupo, usar a influência que têm sobre esse grupo junto àquelas instâncias e assim por diante. Elas adquirem, enfim, alguns recursos culturais e políticos que não tinham antes, passando a ocupar uma posição de certo privilégio dentro da classe desprivilegiada ou, dito de outro modo, uma posição dominante dentro de uma classe dominada.

Os capitais

O segundo grupo de agentes está relacionado ao capital ou àquilo que entendemos pelo eufemismo "iniciativa privada". É o lugar social em que se concentram os recursos econômicos. Não vou desenvolver aqui a teoria da sociedade capitalista, mas quero lembrar alguns pontos que me parecem decisivos para a nossa questão. O primeiro: capital é uma forma de propriedade que só existe em movimento. Se todo mundo guardasse o dinheiro no banco e plantasse no próprio quintal, o capitalismo acabaria imediatamente. Mas o crescimento econômico capitalista também não provém da simples movimentação do dinheiro de um lado para outro. Ele depende da produção de bens (mercadorias) pelo trabalho humano, com ou sem máquinas, e organizado de uma maneira lucrativa. Para que a produção seja lucrativa, é preciso pagar aos trabalhadores um valor mais baixo do que o valor que criam no processo de trabalho.

Por exemplo, quando um empreendedor compra um lote, material de construção e o trabalho de pedreiros, projetistas, encarregados etc. e depois vende a casa pronta a um preço mais alto do que o capital investido (e isso mesmo que o lote não tenha valorizado e a região continue a mesma), o valor que ele retira do processo foi criado pelo trabalho das pessoas envolvidas. Se todos os materiais e ferramentas ficassem parados lá, não se valorizariam em nada. O lucro que o capital obtém nesses processos tem uma única origem, que é o trabalho. O capital só continua sendo capital enquanto consegue organizar esse tipo de processo. Os trabalhadores que ele contrata para isso são de muitos tipos, mas a maioria pertence à mesma classe que enfrenta a precariedade habitacional e urbana. A manutenção de sua relativa pobreza é uma condição para que a produção capitalista continue funcionando. (Às vezes somos iludidos pelo

deslocamento geográfico da pobreza, mas é fato que, quando num país todos chegam a um bom nível de remuneração, o trabalho mais mal pago migrou para outras partes do mundo.)

Há um detalhe muito importante: o empreendedor do exemplo acima poderia até abrir mão de parte do lucro para pagar salários melhores aos pedreiros, deixar mais área livre no terreno ou vender a casa por um valor menor. Mas quando o capital se torna anônimo – nas chamadas sociedades anônimas, que pertencem a acionistas – isso fica impossível. É muito simples entender. A lei das sociedades anônimas prevê que nenhum dos seus administradores pode "praticar atos de liberalidade à custa da companhia". Ato de liberalidade significa dar algo para alguém pela simples alegria do presente e sem buscar vantagens secundárias. É um ato de generosidade, filantropia. Em outras palavras, a lei determina que não se pode fazer filantropia com o dinheiro dos outros. Nem se quisesse, a diretoria de uma construtora ou incorporadora poderia tomar uma decisão que reduzisse o seu lucro em prol do bem comum. (De resto, pessoas muito preocupadas com isso não costumam fazer parte de diretorias de sociedades anônimas.) O capital precisa se valorizar para continuar sendo capital, e quem assume a função de representá-lo nos processos sociais precisa fazer de tudo para que isso aconteça. A não ser, é claro, que decida pela revolução. Isso significa também que nenhuma dessas propostas fundamentadas na boa vontade da 'iniciativa privada' para melhorar condições sociais ou ambientais faz qualquer sentido, pois a adesão de uma empresa implica uma redução do lucro em comparação às outras empresas, que não aderiram. A única forma de limitar a ação do capital em busca do lucro é a legislação, que impõe a mesma condição a todos os concorrentes.

Outro detalhe importante: nas últimas duas décadas houve mudanças no cenário da construção e incorporação imobiliária das cidades brasileiras, porque companhias limitadas se tornaram sociedades anônimas e sociedades anônimas abriram seu capital, isto é, passaram a vender ações na bolsa de valores. Construtores menores, cujos escrúpulos individuais ainda pesam um pouco nas decisões e que teriam mais jogo de cintura, tendem a ser varridos do mercado habitacional, porque não têm estoque de terra, economia de escala, lobby político e preço para concorrerem com as maiores.

Os empreendimentos habitacionais públicos ou com financiamento público interessam aos diversos capitais (construtores, fabricantes de insumos, bancos) porque representam a oportunidade de produção lucrativa com venda garantida. Quanto mais rápido o processo, quanto mais padronizadas as unidades, quanto maior a quantidade delas num mesmo canteiro, melhor. Processos participativos pelos quais esses agentes sejam de alguma maneira responsáveis tendem a se tornar meras formalidades, despachadas da maneira mais rápida e com menor esforço possível. Não há nenhum interesse em gastar tempo com eles ou em tirar dali projetos mais adequados ao desejo e às necessidades dos futuros moradores. Qualquer outra proposição seria ilusória. O único motivo para que as empresas invistam num processo participativo seria a vantagem indireta para a sua imagem. Mas mesmo nesse caso serão

mais importantes o material audiovisual e os discursos que o projeto participativo produz do que seus resultados na vida cotidiana dos moradores. Isso não quer dizer que os agentes das outras posições – os movimentos, o Estado e os técnicos – não devam mobilizar essa possibilidade. Podem fazer isso, desde que não façam ingenuamente, acreditando que a iniciativa privada vai, espontaneamente, promover o bem comum!

O Estado

O Estado é o lugar social em que se concentram os recursos políticos. Existem inúmeras teorias do Estado, desde aquelas que o interpretam como um braço do capital, até aquelas que o veem como uma arena neutra. Não vou desenvolver nenhuma dessas teorias aqui, mas – como no caso do capital – quero destacar um aspecto que me parece relevante para a nossa questão: a função do Estado é manter a sociedade coesa, funcionando, e evitar a revolução ou a guerra civil. Portanto, todo Estado é conservador por definição. Sendo conservador, ele necessariamente *controla e planeja*. Isso, por sua vez, necessariamente gera um aparato burocrático. Um Estado pode controlar mais ou menos rigorosamente, pode planejar com maior ou menor eficiência, mas não existe Estado moderno que não faça essas duas coisas e que não tenha a sua burocracia. E observem que o controle e o planejamento do Estado precisam aparecer na sociedade para que cumpram sua função de coesão. Por isso, tão importante quanto exercê-los é representá-los simbolicamente e legitimá-los discursivamente.

Quando partidos mais à esquerda assumem o governo, talvez controlem e planejem mais em prol dos trabalhadores do que dos capitais, mas eles nunca desmantelam as hierarquias sociais existentes. Criam, por exemplo, programas habitacionais e instâncias participativas em que os movimentos sociais por moradia são representados, mas não desapropriam toda a terra urbana para redistribuí-la de modo mais justo ou segundo os princípios que a razão exigiria.

Apesar dessa função comum de coesão da sociedade como um todo, o Estado é fragmentado em inúmeras instâncias. Cada uma delas tem sua própria visão de como realizar sua porção de controle e planejamento e como fazê-los aparecer socialmente. Poder executivo e poder legislativo não se orientam pelas mesmas diretrizes, ministérios disputam entre si, órgãos dentro das prefeituras não se entendem, a esfera estadual disputa com a federal, e assim por diante. Daí sai uma salada de determinações, todas igualmente 'oficiais' e obrigatórias, mas muitas vezes contraditórias entre si. E nas suas frestas, nas inúmeras instâncias em que é possível exercer influência sobre os diferentes agentes que compõem o aparato do Estado, diferentes interesses de toda a sociedade entram em jogo com maior ou menor peso, dependendo dos recursos políticos e econômicos de que os grupos dispõem.

As políticas habitacionais e urbanas são lugar de disputa entre capitais e movimentos sociais. Os movimentos querem moradias e facilidades urbanas, e suas lideranças também querem ampliar seus

próprios recursos políticos e convertê-los, eventualmente, em recursos econômicos (por exemplo, assumindo um cargo). Os capitais querem que o Estado compre unidades habitacionais e obras de urbanização e garanta financiamentos para a clientela. A eles não interessam obras de reforma ou melhorias urbanas delicadas, nem programas autogestionários ou reservas de terra urbana bem localizada para fins habitacionais. As várias instâncias do Estado e seus agentes podem pender mais para um lado ou para outro, mas, independentemente disso, não conseguem deixar de priorizar o controle e o planejamento, isto é, as próprias estruturas burocráticas. Nesse aspecto, entram em conflito tanto com os movimentos quanto com os capitais.

Ainda precisamos de uma especificação: uma parte (grande) do capital constitui o que se chama de *capital financeiro*. O processo de sua ampliação é correlato àquele processo de abertura das sociedades anônimas na bolsa de valores, que mencionei acima. A tendência à abstração dos contextos reais aumenta imensamente quando os bancos entram no jogo. Quando bancos atuam com dinheiro público – como a Caixa no caso dos programas habitacionais – e passam a articular entre capitais e Estado, soma-se à obrigação do lucro a obrigação do aparato burocrático.

Os técnicos

Os técnicos são os personagens dessa constelação que concentram os recursos culturais, ou seja, conhecimentos de diversos tipos e também os ideais que eles envolvem. Na hierarquia social mais geral, eles fazem parte das classes privilegiadas, mas dentro dessas classes ocupam posições subordinadas. Eles precisam trabalhar para sobreviver e não têm grande poder de decisão, embora tenham argumentos bastante persuasivos (os chamados argumentos técnicos). Enfim, eles ocupam de certa maneira a posição simétrica à posição das lideranças dos movimentos: são dominados dentro de classes dominantes, enquanto as lideranças são dominantes dentro de classes dominadas.

As funções desses técnicos surgiram historicamente para atender às instâncias que concentram recursos políticos e econômicos: o Estado e o capital. Toda a sua formação e suas rotinas profissionais são pautadas por esse fato. Os técnicos aprendem a controlar e planejar, a criar representação simbólica e legitimação discursiva, a racionalizar e padronizar, a solucionar entraves e, às vezes, também a inovar. No entanto, a identificação dos técnicos com essas instâncias não é total. Na sua posição de dominados entre os dominantes, às vezes se identificam com as causas da população desprovida de todos os tipos de recursos.

No campo da arquitetura e do urbanismo – que eu conheço melhor do que, por exemplo, os campos do direito, das ciências sociais e outros relacionados às assessorias técnicas – essa identificação com a causa dos dominados no espaço social geral é periódica. Na década de 1920, ela foi muito alta. Nas décadas de 1960 e 1970, também. Nas décadas de 1980 e 1990, que são o período de difusão da economia

política neoliberal, a identificação foi baixíssima, tendendo a zero. Com exceção, obviamente, de alguns grupos marginais que persistiram na trajetória do engajamento social, os personagens e as publicaçõesss mais celebrados da arquitetura internacional se ocupavam de problemas de forma e linguagem, em que a sociedade e suas contradições compareciam, quando muito, metaforicamente. A nova guinada pode ser datada mais ou menos em 2001, que coincidentemente é o ano do atentado de 11 de setembro e também o ano de aprovação do Estatuto da Cidade no Brasil. Desde então, o engajamento social se tornou parte do discurso corrente e das práticas acadêmicas e profissionais no campo da arquitetura, tanto aqui, quanto internacionalmente.

Mas isso não significa que valores e dinâmicas inerentes a esse campo tenham se modificado completamente. Muitas vezes, a abordagem de cunho social tem um caráter tão abstrato, fictício e distanciado da realidade quanto os debates anteriores sobre a forma ou a linguagem. Princípios estabelecidos a partir do trabalho para o Estado e para os Capitais – as áreas de atuação tradicionais dos arquitetos – tendem a persistir sem reflexão crítica. Por exemplo: a ideia de que todo projeto tem um autor; a ideia de que toda construção é precedida por um projeto em que, idealmente, tudo já foi decidido, orçado e aprovado antes do início da obra; ou a ideia de que a obra, uma vez construída, não deve ser modificada. Todos esses "cacoetes" são, no fundo, expedientes de dominação, mesmo que os próprios arquitetos e urbanistas não tenham consciência disso, mas, pelo contrário, acreditem que se trata de procedimentos indispensáveis e bons em si mesmos. Assim, a tendência é que queiram estender esses mesmos procedimentos a todos, em vez de questionar a sua pertinência.

Até o presente momento, os efeitos mais importantes do novo engajamento social foram as oportunidades de trabalho criadas para os profissionais e o prestígio que ele confere no próprio campo, mas não ganhos para os grupos sociais aos quais o engajamento seria destinado. No entanto, uma reflexão crítica acerca do que tem sido ou poderia ser a atuação de arquitetos em contextos de escassez econômica, cultural e política é especialmente necessária na fase atual, porque essa fase inclui a possibilidade inédita de que arquitetos e urbanistas sejam contratados diretamente pelos movimentos. Antes, trabalhavam com projetos habitacionais e urbanos a serviço do Estado ou do capital, de modo que a população supostamente beneficiada era usuária, mas nunca coautora ou instância de decisão. Essa inversão poderia e deveria significar novas premissas para o emprego dos recursos culturais que os técnicos concentram.

Embates evidentes

Passo então às dificuldades que o processo de assessoria técnica costuma implicar. Como eu disse no início, o primeiro nível de dificuldade é daqueles embates evidentes, que vocês já devem ter sofrido e também discutido. Eles advêm do simples fato de que, objetivamente, as diferentes posições sociais e

os diferentes papéis levam a diferentes prioridades. Para os movimentos, as prioridades são o tempo e a boa condição doméstica e urbana de moradia na vida cotidiana – nessa ordem. O tempo vem primeiro, e isso significa que é melhor ter uma moradia razoável logo do que ter uma moradia incrível daqui a dez anos. Para os capitais, a prioridade obviamente é o lucro. Para o Estado – mais representado pelas prefeituras nesses processos –, as prioridades são o controle burocrático e os recursos políticos que o processo oferece via discursos e imagens. É mais importante iniciar uma obra, do que concluí-la. Para as assessorias, a prioridade é a sobrevivência profissional pela remuneração e, mais ainda, pela qualidade do resultado segundo critérios definidos pelos seus respectivos campos especializados e reconhecidos pelos seus pares.

Exemplos dessas dificuldades do primeiro nível são: a desproporção entre a pressa dos moradores, a morosidade dos processos burocráticos e o prazo reservado à concepção coletiva dos projetos; a impossibilidade de iniciar e terminar um projeto com um mesmo grupo, seja porque alguma instância burocrática filtra os beneficiários, seja porque a vida deles os leva a outros rumos ou porque as lideranças decidem outra articulação de pessoas para um empreendimento; a interferência controladora do Estado sobre os movimentos mesmo em empreendimentos ditos autogestionários; o abocanhamento de programas supostamente autogestionários por capitais de construção e incorporação; o boicote político; os defeitos drásticos da Lei; a má fé e a corrupção. Enfim, fatos que conhecemos e sobre os quais falamos com relativa frequência.

Dificuldades reconhecidas

Um segundo nível de dificuldade é de embates mais velados. Ele diz respeito à formação das pessoas envolvidas no processo, às experiências que elas trazem e como elas garantem sua sobrevivência social. Esse segundo nível provém do fato de que nenhuma das instâncias em jogo está realmente disposta a abrir mão dos recursos que tem. Os representantes do capital começam a 'emperrar' qualquer negociação quando se trata de compartilhar ou distribuir recursos econômicos; os representantes do Estado ficam alérgicos quando a distribuição afeta recursos políticos por erro de controle e planejamento; e os técnicos rechaçam a distribuição ampla dos seus recursos culturais ou conhecimentos. E todas as vezes em que algum desses recursos é afetado, o respectivo partido grita, enquanto os outros nem compreendem muito bem o que se passa.

Vou citar um exemplo entre arquitetos, que são os que conheço melhor, mas imagino que entre juristas e outras categorias não seja muito diferente. O arquiteto examinador de projetos na prefeitura e o arquiteto que vai aprovar um projeto são 'inimigos' naquele primeiro nível, porque cada um está de alguma maneira defendendo um partido diferente. Mas, no segundo nível, eles falam a mesma língua e são absolutamente solidários nos seus objetivos, porque os dois concordam que o projeto, enquanto projeto, é necessário. Quando o projeto é aprovado naquela linguagem técnica, os dois estão celebrando os recursos culturais e conhecimentos que só eles têm e que os distinguem socialmente de outros grupos. A representação arquitetônica nunca serviu à compreensão ampla e democrática de uma concepção espacial. Na tradição da arquitetura e das engenharias, o desenho sempre foi um expediente de persuasão ou um expediente de comando, servindo ora para convencer alguém a realizar, comprar ou concordar com um projeto, ora para instruir o trabalho material no canteiro de obras. Desenhos de arquitetura não são para criar polêmica, abertura ou opções, mas para definir as coisas e eliminar ambiguidades.

Lideranças de movimentos, políticos, técnicos da administração pública tendem a concordar com os arquitetos nesse ponto, isto é, no fato de que o projeto é indispensável. Em contrapartida, muitas famílias de beneficiários se perguntam para quê ele serve, pois elas já sabem o que querem construir e o projeto, com todos os seus processos e protocolos, às vezes não consegue nem apreender o que elas já sabem. Não conheço nenhuma entidade profissional que se abra a esse tipo de discussão. Pelo contrário, cada categoria celebra o conhecimento ou recursos culturais que detém como reserva de mercado. Ao mesmo tempo, tendem a achar evidente que o Estado abra mão do seu controle e que os capitais abram mão de parte do seu lucro.

Nesse segundo nível de embate, há três termos característicos que vale a pena ressaltar, porque são usados a toda hora: participação, empoderamento e aumento de renda.

Participação é quando os técnicos cedem um pouquinho dos seus recursos culturais aos beneficiários dos empreendimentos habitacionais, mas continuam fazendo as regras, escolhendo a apresentação técnica, determinando em que momento outras pessoas podem dar palpite ou não e, enfim, tomando as decisões verdadeiramente importantes. (Nunca deveríamos usar os termos *participação e autonomia* em conjunto, porque são opostos. Autonomia significa fazer as próprias regras, enquanto participar é apenas como estar na festa de outra pessoa.)

Empoderamento é quando o Estado cede um pouquinho dos seus recursos políticos aos beneficiários, mas sem lhes dar poder de verdade. Na maioria das vezes, o chamado empoderamento se limita à responsabilidade pela própria miséria. Assim, por exemplo, o orçamento participativo da habitação – pelo menos em Belo Horizonte – significa dizer aos movimentos que eles serão responsáveis pela organização da "fila da habitação" e que devem assumir para si o ônus de escolher as famílias que ficarão de fora desse processo. (Nunca deveríamos usar as palavras *empoderamento e emancipação* em conjunto, porque também são opostas. Emancipação significa estar livre de dominação, enquanto empoderar-se é apenas manter conversação com o poder já instituído.)

Finalmente, aumento de renda ou aumento de poder aquisitivo é quando os capitais cedem um pouquinho de recursos econômicos aos trabalhadores para que eles possam comprar as mercadorias produzidas, mas continuem não tendo dinheiro suficiente para empreender seus próprios processos

produtivos (como cooperativas, por exemplo). Enfim, vemos que esses entraves são velados, porque as pessoas que assumem os diferentes partidos ou papeis não vão admitir que o compartilhamento de seus recursos é sempre apenas parcial e destinado a manter as relações sociais exatamente como estão.

Dificuldades obliteradas

Os terceiro nível é o das dificuldades verdadeiramente ocultos ou obliteradas. Elas dizem respeito a disposições que adquirimos ao longo da vida e que não são conscientes (não direi que são inconscientes, porque isso evaria a uma conotação freudiana que não cabe aqui). São disposições que nos parecem naturais e que são tão parte de nós mesmos que não conseguimos percebê-las. Refletir a respeito não ajuda muita, porque você podeexaminar a sua consciência até o fim da vida que não vai encontrá-las lá. Ora, a forma como percebemos outras pessoas e reagimos a elas são inteiramente condicionadas por essas disposições. Da etnia ao porte de corpo e ao tipo de roupa, identificamos imediatamente a que grupo social alguém pertence e agimos com de uma maneira específica, assim como esse alguém também fará conosco. Isso não significa nenhuma agressão, violência ou discriminação imediata, mas significa uma diferença de representações e discursos que é difícil de admitir e mais difícil ainda de superar. Vou exemplificar isso a partir das dificuldades entre arquitetos e movimentos sociais ou beneficiários, porque essa situação é a que conheço melhor.

Vamos imaginar que um movimento contrata um grupo de arquitetos para elaborar o projeto de um empreendimento habitacional. Naquele primeiro nível não haverá embates importantes entre a posição dos técnicos e a dos beneficiários. Podem diferir em algumas prioridades, mas as determinações que mais incomodam estarão postas pelos outros partidos, o Estado e os capitais. Até aí, tudo está bem. Já naquele segundo nível é provável que surjam as dificuldades da linguagem técnica, da postura autoral dos arquitetos e coisas semelhantes. Mas digamos que esses arquitetos sejam suficientemente refletidos para usar, por exemplo, tipos de desenhos e outros instrumentos para que os beneficiários de fato compreendam o que está em discussão e participem das decisões de projeto. Então, no segundo nível, as dificuldades podem ser superadas com algum esforço.

O problema mesmo está no terceiro nível – o das disposições. Os arquitetos são, via de regra, provenientes da classe média e têm recursos culturais relativamente altos. Estão acostumados a dar a própria opinião, dizer o que querem ou não querem, confiar no próprio gosto e assim por diante. Eles imaginam que o processo de projeto participativo será uma conversa sobre os projetos e que nessa conversa cada um dirá o que pensa. No entanto, muitos dos beneficiários lidam com opiniões e gostos pessoais de outra maneira. Na escola e no trabalho provavelmente foram condicionados a se submeter a opiniões e decisões de outras pessoas. No dia a dia, talvez resolvam questões coletivas mais pela ação do que por longas conversas. Aí, um arquiteto pergunta à queima roupa: *O que você acha desse apartamento? Fazemos um processo autogestionário ou contratamos uma construtora? Pintamos de amarelo ou de vermelho?* Além de muitas dessas perguntas não terem importância para as pessoas às quais são dirigidas, porque os aspectos que as preocupam são outros, é bem provável que elas se sintam constrangidas. Talvez tentem avaliar a situação e descobrir qual resposta os interlocutores esperam ou que resposta será mais vantajosa para o próprio grupo. Ou talvez apenas dirão qualquer coisa para se livrar daquela situação incômoda. Sem perceber, os arquitetos se aproveitam disso e induzem um monte de confirmações daquilo que eles próprios pensam. Enfim, há nessa situação um potencial inimaginável de mal entendidos e frustrações.

Outro exemplo de dificuldades relacionadas às disposições das quais não temos consciência são os modos como usamos os espaços e como nos sentimos bem ali. Certas condições do cotidiano nos parecem tão naturais, que imaginamos que todas as outras pessoas sentem mais ou menos do mesmo jeito. Parece que nem é necessário conversar a respeito. Quando arquitetos trabalham para pessoas que pertencem ao seu próprio grupo social, não há mesmo muito o que discutir, porque esse padrão espacial é compartilhado. Mas, quando trabalham para pessoas num espectro social muito mais amplo, onde já não há um mesmo padrão de comportamento espacial ou de uso do espaço, a coincidência deixa de ser automática. Mesmo assim, é difícil os arquitetos e os beneficiários conversarem a respeito, porque cada um acha o seu próprio padrão tão óbvio, que nem percebe que ele precisaria ser explicitado.

Tais dificuldades se complicam ainda mais pelo fato que as pessoas – todas elas, incluindo os arquitetos – não estão habituadas a discutir para levantar as diferenças e ver o que se pode tirar delas. A existência de dissensos gera uma espécie de pânico, como se qualquer cooperação ficasse impossível quando diferenças são postas na mesa. A maioria prefere ficar apenas com os consensos e resolver eventuais diferenças por outras vias, que não a discussão. Aquele pensamento do tipo *deixa quieto que depois a gente resolve* me parece prevalecer na maior parte dessas interações. O problema é que disso saem decisões que cada grupo ou partido quer, no fundo, levar para um lado diferente. Superar essas dificuldades exigirá pensar e conversar muito mais do que temos feito. O fato de vocês estarem promovendo este evento já é uma pequena contribuição para isso.